

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.692 - SP (2019/0091251-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : B A B
ADVOGADO : ELLEN CAMILA ANDRADE ALONSO - SP262784
RECORRIDO : V B (MENOR)
REPR. POR : M F T
ADVOGADO : MARCELO BRAGA NUNES - SP287154

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por B A B, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 186, e-STJ):

AÇÃO DE ALIMENTOS. Sentença de procedência Apela o réu alegando a excessividade dos alimentos e impossibilidade de incidência sobre horas extras.

Descabimento. Fixação dos alimentos, segundo binômio possibilidade-necessidade. O réu limita-se a alegar a excessividade do valor arbitrado, sem mostrar que o pensionamento lhe é insuportável. A pensão alimentícia foi fixada sem exagero e em patamar razoável, ao passo que as necessidades da menor são presumidas. Incidência adequada dos alimentos sobre verbas que integram o salário de forma habitual.

Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos restaram rejeitados (fls. 235-236, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 196-207, e-STJ), alega o insurgente violação aos arts. 1.022, I e II, do CPC/15 e 1.566, IV e 1.694, § 1º, do CC. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional "*ao deixar de aplicar corretamente a lei ao caso concreto*" (fl. 204, e-STJ), bem como a redução do valor fixado a título de pensão alimentícia, haja vista que ambos os genitores exercem a guarda compartilhada da menor. Suscita divergência jurisprudencial no sentido de que a remuneração proveniente de horas extras não possui natureza remuneratória e não integra a base de cálculo da obrigação alimentar.

Contrarrazões às fls. 241-244, e-STJ.

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 250-252, e-STJ, ascenderam os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 259-265, e-STJ, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

Superior Tribunal de Justiça

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem expressamente consignou que os embargos de declaração foram opostos para fins de prequestionamento da matéria de forma genérica e não especificada (fl. 236, e-STJ):

Cuida-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão de f.185/188 para fins de prequestionamento da matéria ventilada.

É o relatório.

Embora os embargos para fins de prequestionamento não sejam por si só dotados de caráter infringente e protelatório, inviável o prequestionamento de forma genérica e não especificada.

No caso em tela, o próprio embargante alega a inexistência de disciplina legal específica para cotização dos alimentos, razão pela qual se conclui também pela impossibilidade de prequestionar matéria sem previsão legal.

A fixação dos alimentos se ateve aos elementos descritos nos autos e aos parâmetros de razoabilidade que em geral orientam a disciplina jurisdicional conferida ao tema.

Ante o exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

No que toca à fixação dos alimentos, conforme acima transcrito, a Corte de origem verificou as provas dos autos, bem como o parâmetro de razoabilidade.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pelo insurgente não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica contrária às suas pretensões, não sendo os embargos de declaração a via adequada para rediscussão da matéria.

Assim, não há se falar em violação ao art. 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, MANTENDO A DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DO EXECUTADO PARA EXCLUIR A VERBA HONORÁRIA DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Violação ao artigo 535 do CPC/73, atual 1.022 do NCPC, não configurada. Acórdão desta Corte Superior que analisou detidamente todos os pontos necessários ao deslinde da controvérsia. Recurso dotado de caráter meramente infrigente.

(...)

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO NÃO CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia

Superior Tribunal de Justiça

com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 874.797/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

Portanto, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tampouco em nulidade do aresto estadual.

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a fixação de alimentos deve encontrar o equilíbrio no binômio necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante, de modo que, verificada a análise desses dois pressupostos pelo Tribunal de origem, não é possível, na via especial, rever os valores ali estabelecidos, por demandar reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nos termos do enunciado nº 7 da Súmula do STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a fixação e a revisão de alimentos devem encontrar o equilíbrio no binômio necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante. 1.1. No caso em tela, uma vez verificado que a Corte de origem analisou esses pressupostos, não é possível, na via especial, rever os valores estabelecidos, por demandar reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, o julgamento de mérito, em cognição exauriente, implica perda de objeto do pedido de concessão de tutela provisória, bem como dos recursos dele derivados. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1275929/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/12/2018) [grifou-se]

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOVO CPC. INAPLICABILIDADE. FAMÍLIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ALIMENTOS. AFERIÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTUM. EQUIDADE NA FIXAÇÃO. REEXAME DAS PREMISSAS DE FATO ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL INVIABILIZADO EM RAZÃO DE ÓBICE SUMULAR. PRECEDENTES. ALEGADO ABANDONO AFETIVO ANTES DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Em recurso especial não é possível a revisão do valor fixado pela

instância a título de alimentos com base na aferição do binômio necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante, pois demandaria necessariamente o reexame de conjunto fático-probatório. Óbice da Súmula nº 7 do STJ.

[...]

5. O STJ tem orientação no sentido de que não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos da causa e não na interpretação da lei federal. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c, do permissivo constitucional. Precedentes.

[...]

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 766.159/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 09/06/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ALIMENTOS PRESTADOS A EX-CÔNJUGE. OBRIGAÇÃO EXCEPCIONAL. PRAZO INDETERMINADO. EXCEÇÃO. ALTERAÇÃO NO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ.

1. O pedido de revisão do valor fixado a título de alimentos pressupõe necessariamente a análise dos requisitos relativos à necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante, o que demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável diante do óbice da Súmula 7 do STJ.

[...].

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1537060/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 09/09/2015) [grifou-se]

Igualmente, esta Corte Superior entende que *"O valor recebido pelo alimentante a título de horas extras, mesmo que não habituais, embora não ostente caráter salarial para efeitos de apuração de outros benefícios trabalhistas, é verba de natureza remuneratória e integra a base de cálculo para a incidência dos alimentos fixados em percentual sobre os rendimentos líquidos do devedor."* (REsp 1098585/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 29/08/2013).

Registre-se, por fim, que este Tribunal Superior, ao analisar o Tema 192, submetido à sistemática dos recursos especiais repetitivos, decidiu que:

A pensão alimentícia incide sobre o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias, também conhecidos, respectivamente, por gratificação natalina e gratificação de férias. (REsp 1106654/RJ, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 16/12/2009)

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, em sede da ação de alimentos, julgou procedente o pedido inicial formulado pela ora recorrida, condenando o requerido ao pagamento de alimentos em 1/3 de seus rendimentos líquidos,

Superior Tribunal de Justiça

incluindo-se "horas-extras, férias convertida em pecúnia, comissões e abonos, e eventual participação nos lucros e resultados (PLR) por integrarem, para todos os efeitos, o conceito de remuneração, excluídos da incidência dos alimentos somente o FGTS e verbas rescisórias" (fl. 187, e-STJ).

Essencialmente, quanto ao valor dos alimentos, o Tribunal de origem verificou que o valor fixado é proporcional. Sobre a base para o cálculo dos rendimentos, a Corte estadual entendeu que as verbas cuja natureza é remuneratória deveriam integrá-la, mas aquelas cuja natureza é indenizatória, não.

Citam-se os excertos correspondentes (fls. 186-187, e-STJ):

É certo que compete aos pais de forma mútua e solidária o dever de sustento da prole, exegese do art. 226, § 5º, da CF; art. 1.566, IV, e 1.568 do CC. Essa responsabilidade solidária não significa mera repartição igualitária das despesas. A distribuição dos encargos econômicos ocorre proporcionalmente, conforme as fortunas de cada genitor.

Para a definição do quantum, mister a apreciação da situação fática segundo as balizas determinantes do binômio possibilidade-necessidade, pelas quais os alimentos devem ser mensurados cotejando-se as fortunas do alimentante com as carências econômicas do alimentário, ex vi do § 1º do art. 1.694 e art. 1.695, ambos, do CC/2002.

A obrigação em prestar alimentos é incontroversa decorrendo do pátrio poder. **O alimentante, por sua vez, não demonstra a insuportabilidade do valor arbitrado.**

Apesar da insurgência, os alimentos arbitrados em 1/3 dos rendimentos líquidos não se afiguram excessivos. Tampouco a alegação de advento de nova prole é justificativa para a redução, sem qualquer demonstração da impossibilidade do custeio.

Em se tratando de crianças, suas necessidades e gastos são presumidas, reduzir ainda mais os alimentos acarretaria em redução drástica à subsistência dos infantes.

Afigura-se adequado o patamar fixado, inexistindo justificativa para sua modificação.

Os alimentos devem incidir sobre as horas-extras, férias convertidas em pecúnia, comissões e abonos, e eventual participação nos lucros e resultados (PLR) por integrarem, para todos os efeitos, o conceito de remuneração, excluídos da incidência dos alimentos somente o FGTS e verbas rescisórias. [grifou-se]

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pelo recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a insuficiência de provas e a excessividade dos valores fixados. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

2. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

[...] 7. Nesse contexto, em consonância com a judiciosa opinião estampada no parecer ministerial, incide a Súmula 07/STJ, o que também impede o exame da divergência jurisprudencial na medida em as peculiaridades do caso concreto, decisivas à solução conferida pela Corte de origem, não possuem identidade com os paradigmas trazidos à colação. 8. *Recurso especial não conhecido* ." (REsp 1.186.481/AC, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, julgado em 18.05.2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa. (AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

[...]

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI,

Superior Tribunal de Justiça

TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 18/08/2014)

Nesse sentido, ainda os seguintes precedentes: **AgInt nos EDcl no REsp 1582424/TO**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016; **AgRg no AREsp 748.127/SP**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 21/03/2016; **AgInt no REsp 1345421/PE**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 16/09/2016.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

